# Estudo Técnico Preliminar - ETP

1. **Objeto**

Contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de tarifas bancárias, extratos e correlatos de acordo com a previsão de gastos das secretarias e entidades do município de Maravilha/SC para o exercício de 2025.

# Local de Entrega

Município de Maravilha/SC, Avenida Euclides da Cunha, 60, Centro.

# Contato

E-mail: compras@maravilha.sc.gov.br

Telefone: 49 3664-0044

Responsável: Bruna Vanessa da Silva

# Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

# Descrição da necessidade

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7°, inciso I da IN 40/2020).

Considerando o Documento de Formalização de Demanda - DFD apresentado pelo Sr. Luciano de Marco, Secretário do planejamento, administração e fazenda, que justifica a necessidade de contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de tarifas bancárias, extratos e correlatos, visando garantir a movimentação de recursos, pagamentos a fornecedores, processamento de folhas de pagamento, recebimentos de tributos e outras operações financeiras essenciais para o funcionamento da máquina pública

# Área requisitante

|  |  |
| --- | --- |
| **Área requisitante** | **Responsável** |
| Município de Maravilha |  Luciano De Marco |

1. **Previsão no plano de contratações anual**

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anuais, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7°, inciso IX da IN 40/2020).

O Município de Maravilha fez a previsão dos gastos com aperfeiçoamento de pessoal no Plano Anual de Contratações.

# Requisitos da Contratação

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7°, inciso II da IN 40/2020).

Primeiramente deve-se analisar o que versa o art.74 da Lei 14.133/21, vejamos:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

.

A contratação se dá com base na **Lei nº 14.133/2021**, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que dispõe sobre os princípios da eficiência, economicidade e planejamento na administração pública. Especificamente:

* **Art. 6º, inciso XX** – Define serviços comuns como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, aplicando-se à prestação de serviços bancários.
* **Art. 18, inciso II** – Determina que a contratação deve ser precedida de planejamento, o que inclui a estimativa de gastos e a análise de viabilidade.
* **Art. 11** – Prevê a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem nortear a escolha da instituição financeira.
* **Art. 23** – Exige a demonstração da vantagem econômica da contratação, considerando custos e benefícios para a administração pública.

Assim, trata-se de contratar a empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL, cnpj sob o nº 00.360.305/1077-66** considerando que a empresa atende aos requisitos legais de habilitação, bem como, presta serviços de fornecimento de tarifas bancárias, extratos e correlatos de acordo com a previsão de gastos das secretarias e entidades do município de Maravilha/SC

Portanto, a escolha da empresa se justifica não apenas pela conformidade com os requisitos legais, mas também pela necessidade do município pelos serviços bancários para garantir a movimentação de recursos, pagamentos a fornecedores, processamento de folhas de pagamento, recebimentos de tributos e outras operações financeiras essenciais para o funcionamento da máquina pública. Sem essa contratação, haveria entraves operacionais que poderiam comprometer a eficiência administrativa e a execução orçamentária do município. Além disso, observa-se, conforme o Documento de Formalização de Demanda (DFD) apresentado, que, de acordo com a Secretaria, a seleção da empresa contratada constitui o meio apropriado para alcançar o objetivo desejado.

# Estimativa das quantidades

**Fundamentação:** Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso V da IN 40/2020).

Considerada a expectativa de consumo anual de um curso nesse tema específico.

# Levantamento de Mercado

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

No presente caso, trata-se de inexigibilidade de licitação a contratação da empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, considerando que a empresa atende os requisitos legais de habilitação. Por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominante intelectual e com profissional ou empresa de notória especialização, o que inviabiliza o levantamento de mercado.

# Estimativa do preço da contratação

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1° da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VI da IN 40/2020).

A estimativa do valor da contratação é de **R$120.000,00 (cento e vinte mil reais)**.

# Descrição da solução como um todo

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso IV da IN 40/2020).

A solução proposta, além de atender às necessidades imediatas do Município, está alinhada com as exigências legais relacionadas a eficiencia e segurança para a movimentação de recursos financeiros, abrangendo pagamentos, recebimentos, fornecimento de extratos e demais serviços bancários correlatos.

Ao seguir rigorosamente as normativas e padrões estabelecidos, a contratação de uma empresa especializada representa um investimento no fortalecimento das práticas de governança e na promoção da eficiência no serviço público.

# Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VII da IN 40/2020).

Não se aplica.

# Demonstrativo dos resultados pretendidos

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21)

A gestão financeira do município exige um sistema bancário estruturado para garantir:

* **Processamento eficiente de pagamentos** (salários, fornecedores, repasses e tributos).
* **Segurança na movimentação de recursos públicos**, evitando riscos de fraudes ou inconsistências financeiras.
* **Facilidade na emissão de extratos e relatórios financeiros**, necessários para controle contábil e prestação de contas.
* **Redução de custos operacionais** com tarifas bancárias e otimização de processos administrativos.

A ausência de um serviço bancário adequado pode gerar atrasos, dificuldades operacionais e custos desnecessários, impactando negativamente a administração municipal.

# Providências prévias ao contrato

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso XI da IN 40/2020).

As providências prévias à contratação, especialmente no contexto de uma licitação pública, são etapas fundamentais para assegurar a transparência, legalidade e eficiência no processo de aquisição de bens ou serviços.

Desenvolver um documento detalhado descrevendo as especificações técnicas, requisitos e características do objeto a ser contratado. Incluir informações sobre prazos, condições de entrega, critérios de aceitação, e demais aspectos relevantes para a execução do contrato.

# Contratações correlatas/interdependentes

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso VIII da IN 40/2020).

**Comentários:** Não se aplica.

# Possíveis Impactos Ambientais

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7°, inciso XII da IN 40/2020).

Não se aplica

# Declaração de Viabilidade

Declaro Viável a Contratação.

# Justificativa da Viabilidade

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7°, inciso XIII da IN 40/2020).

A contratação da empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL, cnpj sob o nº 00.360.305/1077-66,** é respaldada pelo art. 75 da Lei 14.133/21, que prevê a dispensa de licitação no caso previsto.

A solução proposta atende não apenas às necessidades imediatas do Município de Maravilha, mas também está alinhada com as exigências legais, representando um investimento no fortalecimento das práticas de governança.

Com base nessas considerações, concluímos pela viabilidade da contratação da empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, que se apresenta como a opção mais adequada para atender às necessidades do Município de Maravilha, garantindo a continuidade e a eficiência das atividades.

Maravilha - SC,06 de fevereiro de 2025.

Luciano de Marco